



ALGUNS ASPECTOS DA RELAÇÃO ENTRE LÓGICA EPISTÊMICA E EPISTEMOLOGIA

Jeane Vanessa Silva¹

Resumo: O ceticismo é um dos principais, senão o maior, desafio da tradição epistemológica. Varias tentativas de resolver os problemas impostos pelos céticos foram testadas ao longo do tempo, mas nenhuma foi capaz de assegurar nossa justificação epistêmica. Com a mesma pretensão primária, a lógica epistêmica tenta fornecer a epistemologia um suporte seguro para a construção da nossa justificação e, conseqüentemente, uma barreira para o ceticismo.

Palavras chave: Epistemologia, Lógica Epistêmica, Ceticismo, Mundos Possíveis.

¹ Licenciada em filosofia pela UFS; mestranda em Filosofia na UFPB; membro do Grupo de Estudos sobre Conhecimento e Ciência.

INTRODUÇÃO

Tratar a questão do conhecimento tem sido um objetivo comum à epistemologia e à lógica epistêmica. Estabelecer sob que condições suficientes e necessárias o conhecimento é possível, descrever as características dos agentes epistêmicos, traçar modelos de cenários favoráveis e desfavoráveis para a segurança do conhecimento tem sido matéria de empenho dessas duas áreas da filosofia analítica.

Há, contudo, uma relação tensa entre epistemologia e lógica epistêmica. Alguns epistemólogos atacam a lógica sob a alegação de que ela é irrelevante para a epistemologia, além de ser incapaz de formalizar os conceitos empregados nos debates epistêmicos tal como pretende. Enquanto isso, muitos lógicos que se dedicam à lógica epistêmica não se interessam pelos problemas epistemológicos, tentando deter-se na formalização das noções epistêmicas.

O ponto de partida das lógicas epistêmicas é uma visão consensual do que seria a noção de conhecimento: os lógicos epistêmicos tentam formalizar conceitos epistemológicos porque acreditam que muitas propriedades clássicas são representáveis de uma forma axiomática, e que os operadores lógicos são capazes de dar conta de um determinado conjunto de propriedades encontradas nos conceitos.

A epistemologia nos oferece algumas definições, mas trataremos da maneira mais panorâmica possível da definição tripartite, a fim de esclarecer a que estamos nos referindo quando usarmos o termo *conhecimento*. Exporemos como se estabeleceu a definição tripartite, já suposta em Platão, até o seu uso em nossas discussões correntes. Apresentaremos também a objeção feita por Edmund Gettier ao conceito de conhecimento fornecido pela análise tradicional do conhecimento. Nosso interesse em apresentar tal definição se dá pelo fato de que consideramos de grande importância por à prova a definição fornecida pela epistemologia, com o objetivo de verificar se ela se submete à formalização proposta pela lógica epistêmica.

Apresentaremos de maneira sucinta e geral como se configura a semântica dos mundos possíveis do modo como foi pensado por Kripke as condições de verdade para uma proposição neste contexto: as relações de acessibilidade, compatibilidade e relevância entre os mundos e alguns axiomas de conhecimento que representam estados epistêmicos através de fórmulas da linguagem proposicional. Após ter delimitado a noção de conhecimento oferecida pela epistemologia, bem como suas partes constituintes, (a saber: crença, verdade e justificação), apresentaremos, seguindo a argumentação de Hintikka, como a lógica epistêmica tem tratado as condições para um conhecimento seguro por meio da semântica dos mundos possíveis. Tentaremos mostrar como a lógica epistêmica sob o princípio da irrefutabilidade dedutiva pretende dar um tratamento ao problema do ceticismo, ou seja, analisaremos uma possível contribuição da lógica epistêmica para a epistemologia contemporânea.

PROBLEMAS DA DEFINIÇÃO DE CONHECIMENTO

Um dos problemas mais correntes em epistemologia desde a antiguidade liga-se à definição de *conhecimento*. Em termos gerais, a epistemologia tem se ocupado com dois objetivos: (1) definir conhecimento e assegurá-lo; (2) formalizar os estados epistêmicos e doxásticos de forma a modelar sua dinâmica. O primeiro objetivo parte dos debates diversos que se caracterizam pela tentativa de definir o conhecimento de acordo com um conceito tal, para que a partir da delimitação do que é conhecimento, os demais debates a respeito deste conhecimento já definido possam então seguir. O segundo ponto relaciona-se diretamente com a abordagem da lógica epistêmica que pretende formalizar as relações de conhecimento de modo sistematicamente lógico.

Definir e diferenciar “conhecimento” são pontos chave para essa discussão, porque todos os tipos de conhecimento são normalmente expressos pelo verbo conhecer, quais sejam: conhecimento por habilidade, conhecimento por familiaridade e conhecimento proposicional. O conhecimento por habilidade é aquele, por exemplo, detido por Herbie

Hancock; ele sabe² tocar piano muito bem, sua habilidade foi adquirida através da repetição e poderia ser ensinada a outros, assim como a habilidade de escrever, de pintar etc. Este tipo de conhecimento liga-se diretamente à ação, fazendo valer a substantividade do verbo como uma palavra de ação.

O conhecimento por familiaridade pode ser observado em um enunciado como: “Paulo conhece Nat King Cole”. Este enunciado, especialmente, quer dizer que Paulo ouviu as músicas de Nat King Cole, sabe sua história e poderia tranquilamente distingui-lo dentre outras pessoas; ele se familiarizou com sua imagem ou seu comportamento. Este tipo de conhecimento liga-se à recordação ou à memória: é um reconhecimento.

O terceiro tipo de conhecimento, que é o que nos interessa, é o conhecimento proposicional. A proposição é aquele enunciado que está sujeito à avaliação valorativa, podendo ser verdadeiro ou falso. As proposições podem ser compostas por descrições. Segundo Russel (2005), quando este for o caso, o sujeito deve ter conhecimento direto dos elementos que a compõem. Quando faz referência aos elementos que compõem a proposição, Russell (idem) não nos remete apenas à sintaxe do enunciado, mas ao conhecimento empírico ou por via de descrição das qualificações semânticas dos elementos que compõem a proposição.

O conhecimento proposicional está intrinsecamente ligado a um dado estado do sujeito que afirma saber algo ou do sujeito ao qual é atribuído o conhecimento. Este “saber algo” é expresso por uma proposição, por exemplo: Paulo diz: “Eu sei que chove em Aracaju”; ou (para atribuição de conhecimento) “Paulo sabe que chove em Aracaju”; e de maneira similar para um enunciado doxasticamente estruturado, “Paulo acredita que chove em Aracaju”. Nestes enunciados não está somente em questão se chove em Aracaju, mas principalmente se Paulo de fato sabe

² Saber e conhecer serão usados como cognatos, apesar de alguns teóricos fazerem distinção entre tais termos.

que este fenômeno ocorre. Se o fenômeno de fato ocorrer, a condição de verdade imposta seria satisfeita para se obter conhecimento e seria capaz de justificá-lo.

O conhecimento proposicional tem sido definido tradicionalmente ao longo do debate epistemológico de forma tripartite. Já em Platão, no *Teeteto*, esta definição estava suposta, e pode ser percebida na ação de Platão de questionar o que deveria ser adicionado à crença para que se tornasse conhecimento e não fosse apenas opinião. O conhecimento foi então definido como o elemento que satisfazia as condições de ser uma crença verdadeira e justificada. Desta maneira, para que um sujeito soubesse algo, era necessário que este “algo” fosse manifestado através de uma crença³, manifestada por sua vez através de uma proposição. Era necessário que esta crença fosse verdadeira e que fosse possível ao sujeito justificar (racionalmente) sua posição doxástica. Seguindo à risca estas condições de conhecimento, não seria possível conhecer algo falso. De acordo com Garcia (1978), há logicamente duas maneiras de errar, através de um “vício de forma” ou através de um “vício de matéria”, ou seja, respectivamente, “raciocinando mal com dados corretos ou raciocinando bem com dados falsos”. De qualquer maneira, de acordo com a definição tripartite, não se poderia conhecer algo sem justificação, mesmo que fosse verdadeiro.

Edmund Gettier, no entanto aponta exemplos em que o sujeito acredita em algo verdadeiro e é capaz de justificar sua crença racionalmente, mas ele simplesmente não tem conhecimento porque adquiriu tal crença por coincidência ou sorte. Esse é um exemplo de que a definição fornecida pela análise tradicional do conhecimento, apesar de ser aceita por muitos dos teóricos da epistemologia contemporânea, é apenas mais um ponto do debate epistemológico e não definitiva. Ainda que haja muitas oposições à definição usual de conhecimento – “S sabe que P se, e somente se, S

³ Trataremos apenas por crença o estado psicológico do sujeito *sub júdice*, mas reconhecemos as outras duas atitudes doxásticas que tal sujeito pode adotar em relação a uma dada proposição, a saber, a descrença e a suspensão de juízo.

possui uma crença verdadeira e justificada” – nos valeremos do conceito da maneira que segue:

- (i) S crê que P
- (ii) P é verdadeira
- (iii) S possui justificção (razão ou evidência) para P
- (iv) S não adquiriu P por sorte ou coincidência

MUNDOS POSSÍVEIS, ACESSIBILIDADE E AXIOMAS DE CONHECIMENTO

A lógica epistêmica é a parte da lógica modal que se ocupa de noções epistêmicas como conhecimento e crença, bem como das propriedades dos conhecedores em determinados cenários e da compreensão das dinâmicas de investigação racional. A lógica epistêmica tem desempenhado um papel importante no que diz respeito ao comportamento dos agentes na formação do conhecimento proposicional. Entretanto, além de tentar dar um tratamento às questões que envolvem o conhecimento proposicional, tenta dar conta também dos agentes epistêmicos e das causas e processos formadores do conhecimento, fornecendo assim um tratamento lógico aos conceitos epistêmicos.

Além do conhecimento proposicional deste tipo simples, a lógica epistêmica também sugere maneiras de sistematizar a lógica de perguntas e respostas (...) e fornece insights sobre as relações entre os vários modos de identificação (...) e também, talvez até mesmo em questões de procedimento “*know-how*”. Lógicos epistêmicos tem encontrado modos de tratar formalmente uma grande variedade de reivindicações de conhecimento em termos proposicionais (HENDRICKS e SYMONS, 2009, p 1).⁴

⁴ Beyond straightforward propositional knowledge of this kind, epistemic logic also suggests ways to systematize the logic of questions and answers (...) and provides insight into the relationships between multiple modes of identification (...) and also perhaps even into questions of procedural “*know-how*”. Epistemic logicians have found ways to formally treat a wide variety of knowledge claims in propositional terms.

Hintikka estabeleceu um grande marco quando nos apresentou sua pretensão de formalizar as noções epistêmicas usando a semântica tradicional de mundos possíveis. A interpretação padrão sugerida por ele é a seguinte: dizer que KcA é verdade é dizer que em um mundo específico o agente c sabe a proposição A , se tal proposição é verdade em todos os mundos possíveis que são compatíveis com aquilo que c sabe. Em uma perspectiva doxástica a propriedade do conhecimento é substituída pela propriedade da crença⁵. O tratamento que a lógica epistêmica dá ao conhecimento proposicional e aos estados epistêmicos dos agentes está baseado na semântica dos mundos possíveis da maneira que foi estruturada por Kripke, ou seja, composta por três partes, quais sejam: um conjunto não vazio de mundos possíveis; uma atribuição de valores de verdade aos enunciados atômicos da linguagem e uma relação binária de acessibilidade. Um modelo (M) para o sistema epistêmico incide em um quadro e uma função de significação para o conjunto (Φ) que atribui fórmulas atômicas proposicionais a conjuntos de mundos.

Os mundos possíveis são conjuntos de fórmulas proposicionais passíveis de serem conhecidas por agentes epistêmicos e verdadeiras em seu mundo possível. Tendo acesso a um mundo possível, um agente epistêmico pode acessar todos os outros mundos possíveis que mantenham uma relação de acessibilidade com o primeiro mundo em questão. Dois mundos, w e w' , são acessíveis se o mundo w' é compatível com o que o agente sabe do mundo w . Para um dado mundo possível há um conjunto de outros mundos possíveis, definidos a partir de uma relação de acessibilidade que contempla os mundos possíveis compatíveis com o mundo no qual o agente se encontra. Alguns mundos são incompatíveis com aqueles aos quais o agente tem acesso, porque seu conjunto de informações contraria de alguma forma o conjunto de informações dos mundos acessíveis ao sujeito.

A não acessibilidade a alguns mundos possíveis não é vista como algo ruim: quanto menos mundos possíveis o agente tiver acesso,

⁵ Entenda-se propriedade como apropriação.

menos incertezas a respeito das proposições em questão ele terá. Para Hendricks (2006), a lógica epistêmica oferece um modo que enquadra sistematicamente o problema da definição de classes de cenários compatíveis com o que alguém sabe. De qualquer forma, qualquer que seja a atribuição de conhecimento, haverá uma divisão entre os mundos possíveis compatíveis e incompatíveis com tal atribuição. A relação de acessibilidade feita entre mundos possíveis acessíveis ao agente pode ser representada pela forma Rww' , em que R indica uma relação binária de acessibilidade na qual o sujeito pode acessar w' a partir de w . w' . É uma alternativa de conhecimento para o mundo w do agente epistêmico.

Uma fórmula modal é validada em um cenário, o qual é um conjunto não vazio de mundos possíveis mais uma relação binária de acessibilidade, que se remete ao agente apenas se for verdadeira para todas as atribuições possíveis em todos os mundos deste cenário. Um axioma modal é válido em um cenário apenas se a relação de acessibilidade satisfaz alguma de suas condições algébricas. A verdade de um axioma modal depende da relação de acessibilidade entre os mundos, sendo cada mundo possível acessível a partir de si mesmo. Como exemplo temos o axioma da verdade ou da verificabilidade – $K\alpha p \rightarrow p$. Seu caráter reflexivo demonstra que se p é conhecido de α , então ele é verdadeiro de acordo com os critérios da definição de conhecimento que se fundam sobre a crença a verdade e a justificação.

O axioma do autoconhecimento, ou introspecção positiva, versa sobre a consciência que o agente tem da sua posse de um tal conhecimento – $K\alpha p \rightarrow K\alpha K\alpha p$; no axioma da introspecção negativa, o agente tem uma consciência inversa à do axioma do auto-conhecimento: ele tem consciência do que não sabe. Se ele não sabe que “ p ” é o caso, então ele deve saber que não sabe que “ p ” é o caso – $\sim K\alpha p \rightarrow K\alpha \sim K\alpha p$. O axioma da irrefutabilidade dedutiva é válido em todo quadro possível – $K\alpha (p \rightarrow q) \rightarrow (K\alpha p \rightarrow K\alpha q)$. Este axioma contém o princípio de fechamento do conhecimento no qual se pode observar a irrefutabilidade dedutiva, ou seja, havendo uma implicação conhecida, o sujeito que conhece o

antecedente deve ser necessariamente capaz de deduzir seu consequente.

IRREFUTABILIDADE DEDUTIVA E CETICISMO

Dado o caráter infalível pretendido pela definição de conhecimento já exposta, para que um agente conheça uma dada proposição, ele deve ser capaz de eliminar as possibilidades de erro da proposição em questão, ou seja, todas as informações adicionais que sejam contrárias à sua asserção ou atribuição. Quando levamos em consideração a impossibilidade de notar todos os dados de um mundo possível, a quantidade de informações formadoras de sentenças presentes nestes mundos, notamos que essa infalibilidade do conhecimento está por um fio porque não conseguimos capturar todo o conhecimento presente nos mundos possíveis, e pode haver alguma sentença desconhecida que contrarie uma outra conhecida⁶.

Sendo os cenários são divididos entre relevantes ou não, deve-se então questionar o que legitima tal separação: cenários são irrelevantes se podem ser desconsiderados, ou seja, se podem ser legitimamente ignorados. Visto que a definição de conhecimento pode não valer para todos os mundos possíveis, a separação entre mundos relevantes e não relevantes poderia ser feita pela utilização de um critério legitimador como a aplicabilidade de uma determinada definição de conhecimento vigente aos mundos possíveis.

Como a afirmação de uma proposição já traz consigo a ideia de que seus contrários foram eliminados, há cenários onde a possibilidade de conhecimento está determinada porque as proposições que lhes são contrárias de maneira mais global fazem parte de um mundo considerado não relevante. Assim acontece com os cenários estabelecidos pelos céticos, cenários onde o conhecimento não é possível.

Sugere-se que os mundos céticos que contêm alternativas globais sejam lidos como incompatíveis com a crença do sujeito, e desse modo

⁶ Essa associação entre conhecimento total e infalibilidade é pensada a partir de um sujeito epistêmico ideal e não de um sujeito real.

não devem ser considerados como mundos relevantes. Entretanto, as discussões a respeito do conhecimento nos mostram que eliminar as alternativas céticas é necessário para possuímos conhecimento, se levarmos em consideração a definição dada pela análise tradicional do conhecimento em que justificação, dentre outras definições, pode ser vista como a eliminação de todas as alternativas contrárias à asserção.

Mas o que se tem visto nos debates epistemológicos a respeito de ceticismo é algo diferente, a despeito da posição que a lógica epistêmica tem ocupado. Nos debates epistemológicos, a mera afirmação de que uma proposição é verdadeira porque ela é o caso em todos os mundos possíveis relevantes para o sujeito não barra o cético, porque, de maneira geral, a definição de conhecimento não está assentada apenas sobre a semântica dos mundos possíveis relevantes. Isso não pode ocorrer porque o ceticismo em sua forma global atingiria todos os mundos possíveis acessíveis, e não só os relevantes, o que por si só elimina a possibilidade de conhecimento. Assim, na lógica epistêmica, o cético pode ser derrotado. Entretanto, na epistemologia, dentro dos moldes que conhecemos, isso ainda não ocorreu de forma global.

Outro ataque que pode ser feito à lógica epistêmica a despeito da sua possível contribuição para a segurança do nosso conhecimento está baseado na ideia de onisciência lógica suposta pela semântica dos mundos possíveis. Numa relação de acessibilidade entre dois mundos ($R_{ww'}$), um agente epistêmico ideal deve ser capaz de acessar as proposições contidas em w' através de w , e assim também todos os outros mundos possíveis que possam estabelecer uma relação de acessibilidade com w ou w' . Além de conhecer todas as proposições, um agente epistêmico ideal deve ser capaz de conhecer todas as consequências lógicas ou inferências válidas que são resultado do conhecimento das proposições contidas no mundo em questão. O que a lógica epistêmica sugere é que o agente sabe todas as consequências de seu conhecimento, mesmo havendo um conjunto infinito que é deduzido a partir do que o agente sabe. No entanto, isso é uma modelação ideal do agente na prática, porque esse agente ideal não é

encontrado no mundo.

Em um dado mundo possível, todas as proposições devem ser compatíveis entre si, bem como com as proposições dos demais mundos que lhes são acessíveis. Se não fosse o caso, tal mundo não seria possível. Contudo, cabe perguntar se, em alusão à possibilidade do voluntarismo doxástico, também é voluntária ao agente a acessibilidade entre mundos possíveis, ou seja, se o agente pode interferir ou até escolher qual mundo lhe será acessível através de outro de modo que possa rejeitar o acesso a mundos onde o cético possa atuar⁷.

Se uma proposição é verdadeira apenas se está contida em um mundo possível atribuído a um dado agente e compatível com todos os outros mundos possíveis acessíveis a partir deste agente, e se considerarmos que o voluntarismo doxástico em termos de crenças de primeira ordem não funciona, então teríamos que admitir que não é possível ao agente escolher quais os mundos são relevantes ou não. Ele não pode, dentre os mundos que lhes são acessíveis, separar os que são ou não relevantes, porque pela simples menção de uma possibilidade cética já se instaura a obrigatoriedade de negá-la para daí atribuir conhecimento nos moldes que estamos considerando.

O sistema lógico continua funcionando, mas não combate o ceticismo em sua forma global, porque não se pode simplesmente rejeitar os mundos onde o cético atua alegando que são irrelevantes. Se aceitarmos que o conjunto de mundos possíveis acessíveis contém o conjunto das proposições conhecidas de um agente, então mesmo que um desses mundos seja rejeitado pela alegação de ser irrelevante, o cético poderá apontá-lo como relevante e a negação de suas alternativas como obrigatórias. Isso elevará os padrões de justificação no contexto de agente e o colocará em posição delicada para a satisfação dos critérios

⁷ Existem três possibilidades doxásticas a respeito de uma proposição. O sujeito pode ter a atitude doxástica de 1) crer, 2) não crer e 3) suspender o juízo. O voluntarismo doxástico é a teoria que afirmar sermos capazes de decidir que atitude doxástica tomaremos em relação a uma dada proposição.

estabelecidos para se possuir conhecimento.

O próprio axioma da irrefutabilidade dedutiva que contém a condição de fechamento para o conhecimento é usado pelos céticos no ataque ao conhecimento. Hipóteses como: “não tenho mãos”, “sou um cérebro numa cuba” etc., são proposições que precisamos negar (justificadamente) se quisermos ter conhecimento sobre fatos do mundo que estamos e julgamos conhecer. Para DeRose⁸, a conclusão do cético é a de que não podemos excluir sua hipótese, apesar da grande possibilidade de ela estar errada, e se não podemos excluir tais hipóteses também não podemos dizer que sabemos o que pensamos saber. Nesse caso, nossas crenças seriam falsas, não justificadas ou ainda não sabidas. Assim, a condição ou o antecedente desta dedução é a negação da hipótese cética; se não se pode negá-la, o consequente, que é o conhecimento, não é possível.

O princípio de fechamento se estabelece então sob a perspectiva de inferências logicamente válidas em um debate a respeito do que devemos negar para que possamos sustentar nossa pretensão de conhecer. O princípio de fechamento sugere que diante de uma inferência válida ou de uma implicação conhecida, a justificação e quiçá a verdade é transferida da proposição antecedente para a proposição consequente. Assim, da proposição “não sou um cérebro numa cuba” infere-se “tenho uma mão”, e se a primeira está justificada devidamente (justificada em um grau estabelecido) a segunda também o está. No entanto, para DeRose, o fechamento falha porque é, por exemplo, irrelevante que se exclua a alternativa de que “sou um cérebro numa cuba” para que possa saber que “tenho uma mão”.

Para responder a esse paradoxo do fechamento, Cohen⁹ dispõe duas estratégias: a de negarmos o fechamento e a de sabermos que as alternativas céticas são falsas. Nas duas estratégias, o que se pretende é

⁸ DeROSE (1999)

⁹ COHEN (2000)

ressaltar a irrelevância de provarmos coisas como “não somos cérebros numa cuba”. Para a Teoria Contextualista da Justificação, não é possível sustentar o Princípio de Fechamento porque o antecedente e o consequente são analisados segundo padrões diferentes, e padrões mais elevados exigem justificação num grau mais elevado que padrões permissivos ou cotidianos. John Hawthorne¹⁰ salienta que se o fechamento está certo e se temos uma mão, necessariamente não somos um cérebro numa cuba. Se nossa evidência é suficiente para saber que temos uma mão, necessariamente não somos um cérebro numa cuba.

A questão é que o cético sempre fará o caminho inverso exigindo que primeiro justifiquemos que não somos um cérebro numa cuba para depois afirmarmos que temos uma mão. Deste modo, o fechamento serve tanto para o epistemista quanto para cético. Esses são exemplos muito corriqueiros dados pela epistemologia contemporânea de como o princípio de fechamento ou o princípio da irrefutabilidade dedutiva, que é proposto por Hendricks como um tratamento ao ceticismo, podem servir tanto ao cético quanto ao epistemista segundo a pretensão de cada um e sem perder sua estrutura logicamente válida.

CONCLUSÃO

A definição de conhecimento fornecida pela análise tradicional do conhecimento da maneira que demonstramos é motivo de discussão no meio epistemológico desde a sua formulação até os dias de hoje. Cabe então a indagação de como é possível à lógica epistêmica tentar formalizar uma noção ainda tão amplamente discutida e longe de ser absolutamente determinada. Além disso, não seria possível formular uma lógica do conhecimento que parta da definição tripartite, visto que o critério de verdade da maneira metafísica com a qual até hoje é infelizmente tratado pela epistemologia é muito complexo para se adequar à noção de satisfatibilidade.

¹⁰ HAWTHORNE (2000)

Se tentarmos compreender a lógica epistêmica e a epistemologia contemporânea sob a perspectiva de uma relação entre ambas, talvez seja possível afirmar que há uma contribuição bilateral capaz de, se não resolver, elucidar ou complementar os problemas de cada uma. O empenho da lógica epistêmica em formalizar as noções da epistemologia pode não ser capaz de atingir o ponto a que se propõe, dada a complexidade conceitual dessas noções, mas tem o poder de nos fazer questionar as condições necessárias para a segurança do conhecimento visando à teoria do conhecimento que queremos formular.

Outro ponto é a noção de onisciência lógica. Dado que um dos elementos constituintes do conhecimento é a justificação (pelo menos no que se trata da definição tripartite e levando em consideração que resista a contra-argumentos de tipo Gettier), questiona-se como é possível ao agente epistêmico conhecer todas as proposições de um mundo possível. Mais que isso, como lhe é dado fornecer toda a justificação de todas as proposições dos mundos possíveis que conhece, bem como das proposições de todos os mundos possíveis acessíveis a partir deles e das proposições que são implicações logicamente válidas das proposições já conhecidas.

Um agente epistêmico ideal é capaz de tal feito, mas a epistemologia visa tratar desde o conhecimento como o concebemos em debates acadêmicos onde os padrões para a análise são mais rígidos, até o conhecimento do modo como é idealizado e praticado cotidianamente. A epistemologia contemporânea tenta investigar sob que condições o conhecimento se dá no mundo real, em que algumas vezes nossa tentativa de justificação falha e a posse do conhecimento nos são negada porque, dentre outros motivos, não somos capazes de resolver os ataques dos quais nos damos conta, quicá ter ciência de todas as proposições e suas consequências. Assim, um agente epistêmico ideal serve a lógica epistêmica na sua descrição das condições ideais do conhecimento, mas pouco tem a oferecer à epistemologia.

Nossa última conclusão diz respeito a uma pretensa solução que a lógica teria a oferecer para o problema do paradoxo cético que vem ocupando a epistemologia há muito tempo. O que se pode perceber é que a lógica, com suas formalizações, trata a questão cética de forma muito simples ao atribuir a função de conhecer a um agente epistêmico ideal capaz de saber uma imensidão de proposições e suas consequências sem, no entanto, possuir no seu conjunto de proposições conhecidas uma contradição sequer.

Como a epistemologia dá ao agente epistêmico um tratamento bem mais complexo, ao levar em consideração sua capacidade de justificação que pode ser estruturada em graus, bem como os estados psicológicos que o levam à crença, uma idealização desse agente não corresponderia à realidade onde a epistemologia busca condições necessárias e suficientes para o conhecimento de modo a contemplar a definição que propomos.

Abstract: Skepticism is a major, if not the greatest, challenge the epistemological tradition. Several attempts to solve the problems posed by skeptics were tested over time, but none was able to secure our epistemic justification. With the same primary claim, the epistemic logic epistemology tries to provide a safe support for the construction of our justification and therefore a barrier for skepticism.

Keywords: Epistemology, Epistemic Logic, Skepticism, Possible Worlds.

Referências Bibliográficas

COHEN, Stewart. *Contextualism and Skepticism* (2000), in: SKEPTICISM – Philosophical Issues (10). Edited by Ernest Sosa and Enrique Villanueva, Boston MA & Oxford UK. (p. 94 – 107).

DeROSE, Keith. *Responding to Skepticism* (1999), in: SKEPTICISM – A Contemporary Reader. Edited by Keith DeRose and Ted A. Warfield,

Oxford University Press. (p. 1 – 24).

GARCIA, Othon M. *Comunicação em Prosa Moderna*. 7 ed. rev. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978, p 307.

GETTIER, Edmund. *Is Justified True Belief Knowledge?* Analysis 23, n. 6, 1963, pp 121-123.

HAWTHORNE, John. *Reply to Cohen Skepticism* (2000), in: SKEPTICISM – Philosophical Issues (10). Edited by Ernest Sosa and Enrique Villanueva, Boston MA & Oxford UK. (p. 117 – 120)

HENDRICKS, V., Symons, J. (2005), *Where's the Bridge? Epistemology and Epistemic Logic*. In: Bridges Between Mainstream and Formal Epistemology, special issue of Philosophical Studies, ed. by Vincent F. Hendricks, forthcoming 2006.

_____ Hendricks, Vincent and Symons, John, “Epistemic Logic”, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Spring 2009 Edition)*, Edward N. Zalta (ed.), URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2009/entries/logic-epistemic/>>.

HINTIKKA, J. (1975). *Impossible Possible Worlds Vindicated*, *Journal of Philosophical Logic*, 4: 475-484.

RUSSELL, Bertrand. *Os Problemas da Filosofia*. Trad. Jaimir Conte. Florianópolis 2005.

PLATÃO. *Teeteto*. Versão eletrônica. Tradução de Carlos Alberto Nunes; Créditos da digitalização: Membros do grupo de discussão Acrópolis (Filosofia). Disponível em: Homepage do grupo: <http://br.egroups.com/group/acropolis>